



116	MANOEL HILARIO NETO	2794	1320043	SC	Inativo	892 de 04/08/2005
117	WAGNER FERNANDO FABRE	1960	0861777	SC	Inativo	1582 de 09/12/2005
118	CARLOS ALBERTO DE MOREIRA SARMENTO	0256	0864898	SE	Ex-Servidor	1206 de 30/12/2002
119	ELDONOR TARGINO CALDAS JUNIOR	1845	1098422	SE	Ex-Servidor	181 de 07/02/2007
120	JOSE EVERALDO DE ASSIS SANTOS	1603	0864937	SE	Inativo	134 de 16/02/2004
121	OTAVIO NUNES DA SILVA JUNIOR	1608	1166830	SE	Ex-Servidor	1582 de 09/12/2005
122	ALCIDES DE LUCENA FIGUEIREDO	0501	0843366	SEDE	Inativo	1206 de 30/12/2002
123	CARLOS JORGE TINOCO DE CARVALHO	1798	0844197	SEDE	Inativo	493 de 28/05/2004
124	DAVID FELIX XAVIER SILVA	2768	0171689	SEDE	Inativo	1076 de 27/10/2011
125	FRED RIBEIRO PARREIRA	1919	0001663	SEDE	Inativo	1133 de 19/12/2003
126	JACKSON VIEIRA COELHO	0689	0000737	SEDE	Inativo	1206 de 30/12/2002
127	JOSE RICARDO JACOME DE LIMA	1698	2444766	SEDE	Ex-Servidor	1133 de 19/12/2003
128	SAULO EVANGELISTA SILVA	0730	0843381	SEDE	Inativo	1206 de 30/12/2002
129	DILCE MARIA MESQUITA	0260	0855650	SP	Ex-Servidor	493 de 28/05/2004
130	ANTONIO CORDEIRO SANTANA	1366	0859502	TO	Inativo	493 de 28/05/2004
131	JORGE SARMENTO BARROCA	1841	0859483	TO	Inativo	493 de 28/05/2004
132	MARCIO ANTONIO LOPES	1372	0164240	TO	Ex-Servidor	493 de 28/05/2004
133	GILSON RIBAMAR SILVA FERREIRA	6831	0000727	SEDE	Correção da Matrícula	493 de 28/05/2004

Art. 2º Credenciado 37 (trinta e sete) servidores do quadro do DNIT, conforme relação abaixo, para desempenhar as atribuições de Agente da Autoridade de Trânsito, nas rodovias federais sob circunscrição desta Autarquia, no cumprimento ao que determina os artigos nº 21 e 280, § 4º, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, suas resoluções e alterações posteriores.

ID	NOME COMPLETO	MATRÍCULA		SR
		SIAPÉ	DNIT	
1	EMERSON MATHEUS BETORRE SILVA E SANTOS	2061104	4532	BA
2	FRANCISCO CEZAR DOS SANTOS	2061215	4538	BA
3	JACSON BORGES THOME JUNIOR	2060504	4547	BA
4	JORGE ROQUE LYRIO	0758237	2393	BA
5	DELFINA CEZALPINA DO NASCIMENTO BRANDI DE OLIVEIRA	1101659	0502	GO/DF
6	LASARO DE SOUSA ALARCAO	8081673	0030	GO/DF
7	LUCIANA OTILIO BUREGIO	1149838	0295	GO/DF
8	LUCIR BRITO	1803233	4121	GO/DF
9	RAFAEL MARTINS NORONHA	1547252	2857	GO/DF
10	ADALBERTO ABREU SOARES	2062142	4999	MA
11	ALEANDRO SOARES GUIMARAES	2062368	4960	MA
12	ALESSANDRO SILVA BARROS	1031684	4965	MA
13	CHRISTOPHONE DE MELO SOARES	2063268	4926	MA
14	ERIVANILDO MIRANDA DOS SANTOS	2062200	4931	MA
15	FABIO ROGERIO BEZERRA FICHEL	2063274	4980	MA
16	SEBASTIAO GARCIA DE MAGALHAES	0853005	1071	MG
17	THIAGO DE MELO BORGES DUTRA	2063626	4479	MG
18	ANA DULCE DE ALMEIDA MARANHÃO CARNEIRO	1684774	5323	PB
19	CARLOS EDUARDO SILVA DE ARAUJO	1932575	5241	PB
20	CICERO LEANDRO ANDRIOLA	2233810	5637	PB
21	DENILSON DA SILVA	2062061	5250	PB
22	FRANCISCO DAS CHAGAS CLEMENTINO	2065271	5246	PB
23	HORACIO DE ALMEIDA LIMA FILHO	2062177	5245	PB
24	JILBERGLEI VIEIRA MEDEIROS	2061197	5253	PB
25	LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS	1173420	1734	PB
26	MAURICIO ADELINO DE OLIVEIRA	2062171	5229	PB
27	SANDRO HERBERT CORDEIRO MARQUES	2062205	5240	PB
28	SEVERINO JULIO SILVA	2235574	5627	PB
29	VON BRAUNER MEDEIROS DE SOUZA	2077391	5255	PB
30	CRISTIANO GALINDO SAMPAIO CURCHATUZ	1105131	2743	PE
31	JOABE NASCIMENTO DA CONCEICAO	2063168	5114	PE
32	RAIMUNDO NONATO DE SANTANA	2065085	5116	PE
33	RYAN SOUZA DE MORAIS	2064406	5134	PE
34	ELIENAI SILVA DE ANDRADE	2061710	5206	RO
35	JOSE CARLOS FERREIRA	1035323	5195	RO
36	ADAO JOSE DE BRITO	0865294	0817	SC
37	GILSON RIBAMAR SILVA FERREIRA	0000727	6831	SEDE

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO SILVA RODRIGUES
Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias
Substituto

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 196, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 1º, inciso XII, da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora ANA MARIA DE SOUZA TORRES TEIXEIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 22.397, do encargo de substituta eventual de Assessora - Nível III da Assessoria de Gestão de Projetos, código CC-3, da Secretaria de Gestão Estratégica, previsto na Lei 12.412/2011.

Art. 2º Designar o servidor ANDRÉ DE ARAÚJO ROSA CRUZ, ocupante do cargo de Analista de Estatística, matrícula nº 82.338, para o encargo de substituto eventual do cargo em comissão mencionado no art. 1º da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 156, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, inspeções e correções, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares; CONSIDERANDO que foi determinado

nos autos da RIEP nº 1.00400/2016-17, por decisão do Egrégio Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público a realização de Correção extraordinária no que tange à atuação ministerial ocorrida no bojo da representação criminal que deu azo à aludida RIEP; CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional, nos termos do artigo 67, § 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar inspeções, correções e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público, em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades; CONSIDERANDO a nova redação do artigo 68 do RICNMP, que unifica a nomenclatura dos procedimentos relacionados à Corregedoria Nacional, estabelecendo-se a definição de Correção Ordinária, Correção Extraordinária e Inspeção. CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros e servidores do Ministério Público; CONSIDERANDO que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são as de também orientar e buscar o aprimoramento nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público, sendo imprescindível a verificação in loco do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados nos Estados; resolve:

1. Instaurar Correção Extraordinária nos seguintes órgãos: Central de Inquéritos da Capital, coordenado pelo Promotor de Justiça Ivan Carlos Novaes Machado, e no Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP, coordenado pela Dra. Izabel Adelaide Moura, cujos trabalhos serão realizados no período de 10 a 11 de outubro de 2016, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00, com a finalidade de verificar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais daqueles órgãos.

2. Requisitar o Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Dermeval Farias Gomes Filho e requisitar o Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Fabiano Mendes Rocha, para procederem aos trabalhos.

3. Determinar que sejam oficiados os Senhores Corregedor-Geral do Ministério Público e Procurador-Geral de Justiça da Bahia, informando-os da correção e convidando-os para acompanhar os trabalhos;

4. Determinar que seja oficiada à Corregedoria-Geral do Ministério Público da Bahia, solicitando que informe a realização da correção aos órgãos jurisdicionais vinculados às atribuições das unidades ministeriais acima citadas, assim como pugne o consequente acesso à equipe de inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público aos procedimentos e processos judiciais em trâmite na Vara, se necessário.

5. Determinar a atuação desta Portaria como Procedimento de Inspeção Extraordinária, providenciando a sua publicação no Diário Eletrônico e no site do Conselho Nacional do Ministério Público.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, inspeções e correções, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares; CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional, nos termos do artigo 67, § 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar inspeções, correções e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público, em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades; CONSIDERANDO a nova redação do artigo 68 do RICNMP, que unifica a nomenclatura dos procedimentos relacionados à Corregedoria Nacional, estabelecendo-se a definição de Correção Ordinária, Correção Extraordinária e Inspeção. CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros e servidores do Ministério Público;

CONSIDERANDO que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são as de também orientar e buscar o aprimoramento nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público, sendo imprescindível a verificação in loco do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados nos Estados; resolve:

1. Instaurar Correição Extraordinária nas seguintes unidades: 1.ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Lagarto/SE, titularizada pelo Dr. Antônio César Leite de Carvalho e 2.ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Lagarto/SE, titularizada pelo Dr. Belarmino Alves dos Anjos Neto; cujos trabalhos serão realizados no período de 13 a 14 de outubro de 2016, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00, com a finalidade de verificar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais daqueles órgãos.

2. Requisitar o Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Dermeval Farias Gomes Filho e requisitar o Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. Fabiano Mendes Rocha, para procederem aos trabalhos.

3. Determinar que sejam oficiados aos Senhores Corregedor-Geral do Ministério Público de Sergipe e Procurador-Geral de Justiça de Sergipe, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

4. Determinar que seja oficiada à Corregedoria-Geral do Ministério Público de Sergipe, solicitando que informe a realização da correição aos órgãos jurisdicionais vinculados às atribuições das unidades ministeriais acima citadas, assim como pugne o consequente acesso à equipe de inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público aos procedimentos e processos judiciais em trâmite na Vara, se necessário.

5. Oficiar à Corregedoria-Geral do MPSE, solicitando que providencie, no prazo de 10 dias, o preenchimento da tabela que seguirá em anexo, com informações detalhadas acerca dos autos judiciais que aportaram nas 1.ª e 2.ª Promotorias de Justiça Cíveis da Comarca de Lagarto/SE, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

6. Determinar a autuação desta Portaria como Procedimento de Correição Extraordinária, providenciando a sua publicação no Diário Eletrônico e no site do Conselho Nacional do Ministério Público.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 697, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e tendo em vista o disposto no Ofício nº 3300, de 17 de agosto de 2016, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador da República FELIPE VALLENTE SIMAN, lotado na Procuradoria da República no Município de Governador Valadares-MG, para atuar, com dedicação exclusiva, nos casos envolvendo a Operação Mar de Lama, em especial nos inquéritos policiais 142/2016, 143/2016, 144/2016, 145/2016 e 260/2015, no período compreendido entre 22 de agosto a 30 de setembro de 2016.

Art. 2º Designar o Procurador da República BRUNO COSTA MAGALHÃES, lotado na Procuradoria da República no Município de Governador Valadares - MG, para atuar, em substituição, durante o período indicado no artigo anterior, no 2º Ofício da Procuradoria da República no Município de Governador Valadares.

Art. 3º Esta Portaria produz efeitos a contar de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 683, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 77, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o contido no Ofício PRR/3ª REGIÃO GPC nº 2985, de 17 de agosto de 2016, da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, e por necessidade de serviço, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador Regional da República JOSÉ RICARDO MEIRELLES para, como substituto eventual do Procurador Regional Eleitoral e do Procurador Regional Eleitoral Substituto, officiar, na falta ou impedimento destes, perante o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, até o dia 30 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Dê-se ciência ao Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 689, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar o Procurador da República HAROLD HOPPE, lotado na Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para, sem prejuízo de suas atribuições e em auxílio ao Procurador-Geral da República, participar da audiência de instrução da Ação Penal nº 747, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, a realizar-se no dia 22 de setembro de 2016, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 698, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 93, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na Portaria PGR/MPU nº 536, de 24 de outubro de 2008, resolve:

AUTORIZAR, até 12 de setembro de 2017, com ônus para o Ministério Público Federal, a prorrogação da cessão da servidora LUCIANA GOZZI GUIMARÃES MENDES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para continuar a exercer o cargo em comissão de Ajudante Parlamentar Intermediário, símbolo AP-02, no Gabinete do Senador João Alberto Souza, no Senado Federal.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

RETIFICAÇÕES

Na Portaria PGR nº 426, de 10 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 111, de 13 de junho de 2016, Seção 2, pág. 62, para considerar o seguinte:

onde se lê:

"Alterar a lotação da Procuradora da República ANA FÁBIO DE AZEVEDO FERREIRA, da Procuradoria da República no Município de Palmares/PE para a Procuradoria da República no Município de Cabo de Santo Agostinho, em razão da criação daquela unidade."

leia-se:

"Alterar a lotação da Procuradora da República ANA FÁBIO DE AZEVEDO FERREIRA, da Procuradoria da República no Município de Palmares/PE para a Procuradoria da República no Município de Cabo de Santo Agostinho/Palmares/PE, em razão da criação dessa unidade."

Retificar as Portarias PGR/MPF nº 653 de 10 de agosto de 2016, e PGR/MPF nº 664, de 16 de agosto de 2016, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União, Seção 2, de 11/08/2016 página 50 e Seção 2, de 17/08/2016, página 39, da forma a seguir:

Onde se lê:

"III- representações da Instituição em matérias vinculadas; V- outros eventos e atividades correlatas submetidas à PFDC."

leia-se:

"III- representações da Instituição em matérias vinculadas à respectiva Câmaras de Coordenação; V- outros eventos e atividades correlatas de interesse da respectiva Câmara de Coordenação e Revisão."

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 779, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no Art. 35, inciso II, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Exonerar, a pedido, a partir de 23 de agosto de 2016, IZABEL UCHOA DE ALBUQUERQUE, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 14677, do cargo em comissão de Assessor Nível IV, CC-4, da Assessoria Especial, da Secretaria de Relações Institucionais do Ministério Público Federal.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 780, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º, inciso II, e 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 resolve:

Apostilar a nomeação de NAYARA RODRIGUES DE OLIVEIRA, Bacharela em Direito, matrícula nº 24412, cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, da Chefia de Gabinete da Procuradoria da República no Distrito Federal, realizada originalmente pela Portaria PC nº 80, de 12 de abril de 2013, publicada no DOU de 15 de abril de 2013, para considerar a nomeação para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível IV, CC-4, da Assessoria Especial, da Secretaria de Relações Institucionais do Ministério Público Federal, em vaga decorrente da exoneração de Izabel Uchoa de Albuquerque, matrícula nº 14677.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 781, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º, inciso II e 35, inciso I, e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar GABRIEL GOMES DOS SANTOS MUYLAERT, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 27828, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República José Adonis Callou de Araújo Sá.

2. Dispensar WESLEY MOREIRA DE SOUSA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 25489, da função de confiança de Assistente Nível III, FC-3, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República José Adonis Callou de Araújo Sá.

3. Designar GABRIEL GOMES DOS SANTOS MUYLAERT, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 27828, para exercer a função de confiança de Assistente Nível III, FC-3, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República José Adonis Callou de Araújo Sá.

4. Nomear WESLEY MOREIRA DE SOUSA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 25489, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República José Adonis Callou de Araújo Sá, em vaga decorrente do apostilamento de Anne Caroline de Freitas Silva, matrícula nº 26329.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 782, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR n.º 1.00.000.004053/2010-24, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora MARIA ZELI SELAU BORGES MANN, matrícula nº 3968-3, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, código TC 010101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória n.º 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 786, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear MARIANA PEREIRA MONTANHER, Bacharela em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, da Chefia de Gabinete da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, em vaga decorrente da exoneração de Laís Michel Leite Gatti, matrícula 25705, ocorrida em 31 de julho de 2016, publicada no DOU de 1º de agosto de 2016.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 783, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar JULIMAR PEREIRA DA SILVA EPIFANIO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 28294, para exercer a função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, da Assessoria Administrativa, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em vaga decorrente da dispensa de Marcelo Boaventura dos Santos, matrícula nº 27322, ocorrida em 15 de maio de 2016, publicada no DOU de 16 de maio de 2016.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 784, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 35, inciso I, e 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:



1. Dispensar JULIANA LYRA MENEZES, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 25316, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Humberto de Paiva Araújo.

2. Designar JULIANA LYRA MENEZES, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 25316, para exercer a função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República José Adonis Callou de Araújo Sá, em vaga decorrente da dispensa de Gabriel Gomes dos Santos Muylaert, matrícula nº 27828.

BLAL YASSINE DALLOUL

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 286, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar WELLINGTON CAJE LOPES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 25387, do encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, do Gabinete da Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

2. Designar CARLA ALESSANDRA MILANEZ DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 20080, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, do Gabinete da Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 236, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no exercício de suas atribuições, instituídas pelo art. 50, II, da Lei Complementar nº 75/93 e pelo art. 56, VI, da Portaria PGR nº 357/2015, resolve:

Dispensar o servidor MATHEWS AUGUSTO CAVALCANTE AURELIANO, matrícula nº 27669-3, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, da função de Assistente Nível II do gabinete do Dr. Valtan Timbó M. Mendes Furtado, Código FC-2, da Procuradoria da República no Distrito Federal. Em consequência, designar a servidora JULLIANA DE MOURA SILVA, matrícula nº 25796-6, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para exercer a referida função.

MARCUS MARCELUS GONZAGA GOULART

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 400, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Nomear FREDERICO ANTÔNIO FERREIRA, matrícula 13936-0, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/ Comunicação Social, para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe Nível II da Assessoria de Comunicação Social, Código CC-2, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, na vaga da servidora Maria Célia Néri de Oliveira.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 401, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Dispensar FREDERICO ANTÔNIO FERREIRA, Matrícula 13936-0, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Comunicação Social, do encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe da Assessoria de Comunicação Social, Código CC-2, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 604, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 382, de 05 de maio de 2015), resolve:

1. Exonerar FELIPE MACEDO ALBIERO, matrícula 26627-2, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, do cargo em comissão de Assessor, Nível II, CC-2, da Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu.

2. Dispensar EMANUEL DA SILVA GAMA, matrícula 25598-0, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, da função de Assistente Nível II, FC-2, do Gabinete do Dr Daniel de Jesus Sousa Santos, da Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu.

3. Nomear LUIS CARLOS FAGANELLO, matrícula 26161-1, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Nível II, CC-2, da Procuradoria da República Município de Foz do Iguaçu.

4. Designar FELIPE MACEDO ALBIERO, matrícula 26627-2, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, para exercer a função de Assistente Nível II, FC-2, do Gabinete do Dr Daniel de Jesus Sousa Santos, da Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu.

PAULA CRISTINA CONTI THÁ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 178, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O CHEFE ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO, o uso de suas atribuições, instituídas pelo artigo 50, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93 e pelo artigo 106 da Portaria PGR nº 591/2008 (Regimento Interno do Ministério Público Federal), alterado pela Portaria PGR/MPF nº 727/2011; resolve:

Designar LIHUDSON FORMIGA MARIZ, ocupante do cargo de técnico do MPU/apoio técnico-administrativo/segurança institucional e transporte, matrícula n.º 15.782-1, para exercer o encargo de substituto eventual do cargo em comissão de chefe da Divisão de Segurança Orgânica e Transporte, CC-2, da Procuradoria da República em Pernambuco.

LUIZ VICENTE DE MEDEIROS QUEIROZ NETO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 474, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria n.º SG/MPF n.º 382, de 05 de maio de 2015, RESOLVE:

1. Exonerar o servidor THIAGO MINETTI APOSTÓLICO SILVA, Matrícula nº 27262, do cargo em comissão de Assessor (Nível II), CC-2, da Chefia de Gabinete da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

2. Nomear a bacharela em direito, GABRIELA GIMENES, para o cargo supracitado.

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR SECRETARIA

PORTARIA Nº 362, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 290/PJGM, de 5 de dezembro de 2013, resolve:

Designar JOSE PINTO DE MATOS, servidor requisitado do Comando do Exército, matrícula nº 1609-8, para exercer a Função de Confiança de Assistente Administrativo Nível I, da Procuradoria de Justiça Militar em Manaus/AM, Código FC-1 (70261), em decorrência da dispensa do servidor GUILHERME RODRIGUES DA SILVA, matrícula 1405-2, ocorrida em de 06 de fevereiro de 2015.

FRANCISCO LOPES NETO

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 103, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XI, combinado com o artigo 204, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Autorizar o afastamento do país, do Dr. Luís Antonio Grigoletto, Promotor de Justiça Militar, e Dra. Caroline de Paula Oliveira Piloni, Promotora de Justiça Militar, para participarem do 9º voo de apoio à operação Antártica, no período de 21 a 26 de agosto de 2016.

JAIME DE CASSIO MIRANDA

PORTARIA Nº 104, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XI, combinado com o artigo 204, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Autorizar o afastamento do país, da Dra. Rejane Batista de Souza Barbosa, Procuradora de Justiça Militar, no período de 5 a 16 de setembro de 2016, para participar do 163º Curso Militar de Direito Internacional Humanitário (DIH), em Sanremo - Itália.

JAIME DE CASSIO MIRANDA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 691, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PJG, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PJG, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.083195/2016-01, resolve:

Designar o servidor ELISRAEL RODRIGUES PASSOS, matrícula 5164-1, Policial Rodoviário Federal do quadro do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, para exercer a função de confiança de Auxiliar Policial da Divisão de Operações de Inteligência do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação, código FC-01 (50070036).

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL COORDENAÇÃO DE SECRETARIADO PARLAMENTAR

PORTARIAS DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O Diretor em exercício da Coordenação de Secretariado Parlamentar, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo artigo 1º da Portaria n.º 53, de 2002, do Senhor Diretor Administrativo, resolve:

Nº 5.481 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 19 de agosto de 2016, IZAIAS MENDONÇA REZENDE, ponto n.º 212016, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP03, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) REGINALDO LOPES.

Nº 5.482 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 19 de agosto de 2016, HEDER MOREIRA ROSA, ponto n.º 215541, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP10, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) VINICIUS CARVALHO.

Nº 5.483 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 19 de agosto de 2016, ANDRE ANTONIO GOMES MARINHO, ponto n.º 225031, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP07, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) RUBENS OTONI.

Nº 5.484 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 19 de agosto de 2016, CRISTIAN JOSE DA SILVA, ponto n.º 249370, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP02, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) REGINALDO LOPES.

Nº 5.485 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 19 de agosto de 2016, PRISCYLLA FERREIRA NUNES SILVA, ponto n.º 250811, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP16, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) ADAIL CARNEIRO.

Nº 5.486 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 19 de agosto de 2016, JEFFERSON SIMON PEREIRA DA SILVA, ponto n.º 251139, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) NELSON MARCHEZAN JUNIOR.

Nº 5.487 - Exonerar, de acordo com o artigo 35 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 19 de agosto de 2016, EDUARDO LUIS NADARKIEVICZ BELESKE, ponto n.º 251345, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no gabinete do(a) Deputado(a) NELSON MARCHEZAN JUNIOR.

1. Tornar pública a relação dos aposentados e/ou pensionistas, aniversariantes do mês de Maio/16, que não atenderam à convocação e notificação para realizar o recadastramento anual, conforme estabelecido no inciso "a" do artigo 11 da Orientação Normativa nº 01 - SEGEP/MP, de 10 de janeiro de 2013.

2. A suspensão do pagamento do provento e/ou benefício de pensão será efetivada na folha de pagamento do mês de Agosto/2016.

Nome: MARA SALES DE ABREU - CPF: 422.687.379-34

Matrícula/UPAG: 05420709/1635 - Tipo/Benefício: Pensão

Nome: NEUZA DA SILVA NUNC NFOONRO - CPF: 044.013.429-33

Matrícula/UPAG: 03894676/1635 - Tipo/Benefício: Pensão

Nome: ZILA LEAL LEMOS - CPF: 743.218.209-44

Matrícula/UPAG: 05836425/1635 - Tipo/Benefício: Pensão

3. O restabelecimento do pagamento do provento e/ou da pensão fica condicionado ao recadastramento mediante comparecimento pessoal dos interessados na Unidade de Recursos Humanos, sito à Rua João Grumiché, 117, Bairro Kobrasol, São José/SC, portando a documentação estabelecida nos arts. 5º e 6º da ON nº 1/2013-SEGEP/MP.

3.1. O crédito do(s) pagamento(s) restabelecido(s) será(ao) efetivado(s) na primeira folha de pagamento disponível para inclusão.

4. Na hipótese de moléstia grave ou de impossibilidade de locomoção do aposentado e/ou pensionista deverá ser solicitado o agendamento de visita técnica, por meio do telefone (48) 3261-9975 para comprovação de vida do titular do benefício, ficando o pagamento restabelecido provisoriamente até que seja realizada a visita técnica, observado o disposto no item 3.1 do presente Edital.

NIVALDINA TAVARES LEITE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 6, DE 22 DE AGOSTO DE 2016
SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS, EM EXERCÍCIO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Ato da Reitoria Nº. 194/2013, de 31/01/2013, publicado no DOU de 01.02.2013, resolve:

Tendo transcorridos todos os prazos previstos para recadastramento, a SRH /UFPI torna público que a Secretaria de Gestão Pública do MPOG suspendeu automaticamente o pagamento na folha do mês de agosto/2016 do(s) seguintes aposentado(s): FRANCISCA ASSIS MONTEIRO - CPF: 038.347.353-53; IBANEIS ROCHA BARROS - CPF: 024.459.301-97 e JOÃO ROCHA MASCARENHAS - CPF: 085.844.601-44.

MAXWELL OLIVEIRA DIAS.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL EM PERNAMBUCO
DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EDITAL Nº 8, DE 19 DE AGOSTO DE 2016
SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela PT/SAA/SE/MS nº 1.804, publicada no DOU nº 191 de 01/10/2013, resolve:

Tornar pública a relação dos aposentados e/ou pensionistas que terão o pagamento do provento e/ou benefício de pensão suspenso por motivo de não atendimento à convocação e respectiva notificação para realizar o recadastramento anual, no mês do aniversário:

CPF NOME

247.281.104-78 ADEILDE MARIA DA SILVA

021.550.684-76 ALBA ALVES DA SILVA OLIVEIRA

126.996.751-72 ANA MARIA G. LEITE DO NASCIMENTO

085.909.374-37 ANNA MARIA DOS SANTOS MACHADO

736.084.754-00 ELEA XAVIER DE AMORIM

043.122.364-53 EUNICE DE SOUZA FELICIANO

146.068.604-72 IVANILDO VICENTE DA SILVA

127.783.974-34 LUIZA CAROLINA FREIRE DE BARROS

104.795.464-87 MARCIA REJANE MARTINS OLIVEIRA

224.670.504-59 MARIA DAS NEVES SILVA

398.150.564-68 MARIA DO CARMO DE ARAUJO

138.184.494-49 MARIA ELENA TELES BARRETO

264.466.504-34 MARIA JOSE DA FONSECA

084.137.974-20 MARIA MARCELINA DOS SANTOS

076.515.704-72 ROGERIO LIMA DE LUCENA

052.654.528-34 SUMI SHINOHARA

010.408.204-68 TACIDES SILVA ALENCAR

014.206.404-10 TOMAZ PAIVA DA SILVA

101.259.574-91 VERA LUCIA DA SILVA SANTOS

O restabelecimento do pagamento do provento e/ou do benefício de pensão fica condicionado ao recadastramento mediante comparecimento pessoal do interessado nesta Unidade de Recursos Humanos, sito à Praça Ministro João Gonçalves de Souza, S/N - 4º andar, sala 61, Iputinga, Recife, portando a documentação estabelecida nos arts. 5º e 6º da ON SEGEP Nº 1, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2013.

Na hipótese de moléstia grave ou de impossibilidade de locomoção do aposentado e/ou pensionista deverá ser solicitada visita técnica, por meio do telefone (81) 3303.4679, para comprovação de vida do titular do benefício, ficando o pagamento restabelecido provisoriamente até que seja realizada a visita.

MARIA DO CARMO ALVES DE CASTRO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
EM RORAIMA

EDITAL Nº 50, DE 22 DE AGOSTO DE 2016
SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO NO ESTADO DE RORAIMA-SAMP/RR, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Portaria nº 169 de 11 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 48 de 12 de março de 2015, e de acordo as atribuições conferidas no art. 1º, inciso II, alíneas f da Portaria DEPEX SAMP nº 587, de 23 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União 120 de 24/06/2016, Resolve:

Tornar pública a relação dos aposentados do ex-Território de Roraima, que terão o pagamento dos proventos suspenso por motivo de não atendimento à convocação e respectiva notificação para realizar o recadastramento anual, no mês do aniversário:

Orgão: 40804- Ex-Território de Roraima. Upag: 000001.

CPF - NOME

074.888.232-49 - Arno Tome.

225.629.902-34 - Maria Helena da Gama.

225.230.572-04 - Maria Maia da Silva.

O restabelecimento do pagamento do provento fica condicionado ao recadastramento mediante comparecimento pessoal do interessado na Unidade de Recursos Humanos, sito a Floriano Peixoto nº 214, centro, Boa Vista-Roraima, portando a documentação estabelecida nos arts.5º e 6º da ON SEGEP nº 1, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2013.

Na hipótese de moléstia grave ou de impossibilidade de locomoção do aposentado deverá ser solicitada visita técnica, por meio dos telefones (95) 2121-2802, 2121-2816, para comprovação de vida do aposentado, ficando o pagamento restabelecido provisoriamente até que seja realizada a visita.

MARIA KATIA CABRAL DA SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, da Portaria PGR/MPU nº 34, de 18 de abril de 2016, e considerando o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.008492/2016-00, resolve:

Determinar a Abertura de Prazo de 10 (dez) dias aos membros do Ministério Público Federal para eventual impugnação ao pedido de remoção com lotação provisória para a Procuradoria da República no Paraná, por motivo de saúde, conforme Ata de Conclusão da Junta Médica nº 301, de 26 de julho de 2016, formulado pelo Procurador da República ROBSON MARTINS, matrícula nº 771.

BLAL YASSINE DALLOUL



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.

Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

